INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL GERAL DE IPIXUNA DO PARÁ

CNPJ 23.453.830/0018-18

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R$)

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R$)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		**4.467.051**	**3.967.460**
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.156.654	1.916.611
Contas a receber	4	1.024.067	1.097.398
Estoques		278.845	139.702
Adiantamento a fornecedores		2.606	803.769
Adiantamento a funcionários		416	4.301
Despesas antecipadas		4.464	5.679
Não Circulante		**2.862.767**	**2.854.990**
Imobilizado líquido	5	2.862.767	2.854.990
Total do Ativo		**7.329.818**	**6.822.450**

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		**1.474.649**	**1.647.885**
Fornecedores	6	508.925	1.097.768
Obrigações trabalhistas	7	729.847	360.727
Obrigações sociais		105.832	68.257
Obrigações fiscais		36.888	52.730
Outras contas a pagar		50	1.528
Partes relacionadas	8	93.107	66.875
Não Circulante		**3.034.517**	**3.333.614**
Receita diferida	9	3.034.517	3.333.614
Patrimônio Líquido	10	**2.820.652**	**1.840.951**
Patrimônio social		1.847.120	-
Superávit do exercício / período		973.532	1.840.951
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**7.329.818**	**6.822.450**

Demonstração do Superávit do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019 e do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R$)

	Nota	2019	Período de 01/03 a 31/12/2018
Receitas Operacionais	11	**13.168.776**	**5.100.450**
Serviços prestados a pacientes SUS		13.168.776	10.973.980
(-) Glosa por implantação		-	(5.873.530)
Custos		**(10.112.989)**	**(2.464.167)**
Pessoal e encargos		(4.043.138)	(1.008.484)
Serviços de terceiros		(5.059.187)	(1.190.423)
Materiais e medicamentos		(1.010.664)	(265.260)
Despesas		**(2.174.031)**	**(846.177)**
Pessoal e encargos		(842.317)	(252.121)
Despesas gerais	12	(1.298.363)	(593.138)
Impostos, taxas e contribuições		(2.919)	(918)
Depreciação/amortização		(340.480)	(66.386)
Outras receitas e despesas operacionais		310.049	66.386
Financeiras Líquidas		**91.776**	**50.845**
Receitas financeiras		107.209	56.897
Despesas financeiras		(15.433)	(6.052)
Superávit do Exercício		**973.532**	**1.840.951**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 e do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 - Em Reais (R$)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de março de 2018	-	-	-
Superávit do período	-	1.840.951	1.840.951
Em 31 de dezembro de 2018	**-**	**1.840.951**	**1.840.951**
Incorporação ao Patrimônio Social	1.840.951	(1.840.951)	-
Ajustes patrimoniais	6.169	-	6.169
Superávit do exercício	-	973.532	973.532
Em 31 de dezembro de 2019	**1.847.120**	**973.532**	**2.820.652**

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 e do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 - Em Reais (R$)

Fluxos de caixa de atividades operacionais	2019	Período de 01/03 a 31/12/2018
Superávit do exercício	973.532	1.840.951
Ajustes para reconciliar o resultado		
Depreciação/amortizações	340.480	66.386
Superávit ajustado	**1.314.012**	**1.907.337**
Variações das contas de ativo e passivo	**248.056**	**2.863.775**
Aumento em créditos - circulante	878.380	(1.905.468)
Aumento em estoques	(139.143)	(139.702)
(Aumento) / redução das despesas antecipadas	1.215	(5.679)
Aumento em fornecedores	(588.843)	1.097.768
Aumento / (redução) de obrigações trabalhistas	369.120	360.727
Aumento / (redução) de obrigações sociais	37.575	68.257
(Redução) de obrigações tributárias	(15.842)	52.730
Aumento / (redução) de outras obrigações	(1.478)	1.528
Redução das obrigações - não circulante	(299.097)	3.333.614
Ajustes patrimoniais	6.169	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.562.068**	**4.771.112**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(348.257)**	**(2.921.376)**
Aquisição de imobilizado	(348.257)	(2.921.376)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**26.232**	**66.875**
Partes relacionadas	26.232	66.875
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.240.043**	**1.916.611**
Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)		
Saldo existente no início do exercício	1.916.611	-
Saldo existente no final do exercício	3.156.654	1.916.611
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.240.043**	**1.916.611**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 e do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 - Em Reais - R$

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) faz parte da rede pública do Estado do Pará. O Hospital atende a região Metropolitana III, composta por 23 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, clínica médica, ambulatório de especialidades, exames de raios-x, ultrassom e eletrocardiograma. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado à Estrada Vicinal José Bonifácio, 499-607, Ipixuna do Pará - PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de março de 2018, por meio de contrato de gestão nº 001/SESPA/2018, vigente até 28/02/2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **c) Impactos da COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com a COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização**.** Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstânçias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas

continua ➤